ATA NÚMERO 01/2013

Aos **vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze,** com início às quatorze horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch,** Vice-Reitor, **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Osório Rocha dos Santos,** Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Rosane Maria dos Santos Brandão**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Sergio Batista Christino**, Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; : **José Francisco Gomes Schild,** Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Edar da Silva Añaña,** Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Eduardo Gonçalves Xavier**, no exercício da Direção da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Adriana Etges**, no exercício da Direção da Faculdade de Odontologia; **Éverton Fagonde da Silva,** no exercício da Direção da Faculdade de Veterinária; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira,** Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Fabrício Pereira Harter,** no exercício da Direção da Faculdade de Meteorologia; **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges,** Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Thiago Veiras Colares**, no exercício da Direção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Iná da Silva dos Santos,** representante dos Professores Titulares; **Paulo Bretanha Ribeiro,** representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Aluísio Jardim Dornellas de Barros**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal**, representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros,** representante dos Professores Adjuntos; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Elza Cristina Miranda da Cunha,** suplente da representante dos Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do Couto Bispo,** representante dos Professores Auxiliares; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Paulo Roberto Ferreira Júnior,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Elizabete Helbig,** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin,** representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório,** representante Comunitário; **André Fehrenbach, Daniel Filizola, Vania Maria Generoso Silva, Bruno Martinelli (suplente), Maurício Pelegrini e Geise Bel Doro de Oliveira (suplente),** representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha, Edimar Gonçalves Ribeiro, Gustavo Alves Andrade, Mara Lúcia Vasconcelos da Costa, Rosendo da Rosa Caetano, Vilson Borba Pinto e Willi Wetzel Jr.,** representantes dos Técnico-Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Farid Butros Iunan Nader,** Diretor da Faculdade de Medicina; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Centro de Artes, que justificou sua ausência, por afastamento da cidade;

Celeste dos Santos Pereira, representante dos Professores Assistentes e **Carlos Mário Almeida dos Santos,** representante Comunitário e **Jonathan Silva,** representante discente. O senhor presidente iniciou dizendo da sua satisfação de estar fazendo a primeira reunião ainda nos primeiros quinze dias de gestão por ser fundamental em uma gestão democrática e transparente que por aqui passem os grandes debates e questões da Instituição. Hoje trouxe alguns temas para implantar na UFPel. Tinha a proposta de pauta que leu para aprovação. O conselheiro Lauer Nunes solicitou incluir o assunto do Conservatório de Música de Pelotas. Retirada de pauta a Ata nº 04, por solicitação da conselheira Luciane Kantorski. Colocada em votação e aprovada a ordem do dia. O senhor presidente solicitou que os novos conselheiros se apresentassem. Deu boas vindas a todos conselheiros e desejou que tivessem uma boa gestão e que esta fosse profícua. Passou ao **Item 1** – Ata 05 – Aprovada, com treze abstenções. Ata 08 – Aprovada com onze abstenções. Ata 09 – Aprovada com dezenove abstenções. **Item 2** – INFORMES: Vagas Docentes. Houve um levantamento efetivo do número de professores por Unidade. A Universidade deverá constituir uma matriz de vagas docentes. Levantamento a partir do corpo docente anteriormente à última distribuição de vagas docentes e não houve garantia de que haverá nova distribuição de vagas para o ano de dois mil e treze. As que ocorreram foi por parte do REUNI, o que preocupou bastante, pois o quadro encontrado não irá às necessidades da Universidade. O conselheiro Luiz Osório apresentou os dados sobre o quadro geral que se apresenta antes e depois da última distribuição: DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DE PROFESSORES. A tabela foi construída informando primeiro o nome da Unidade, em segundo o nº de docentes antes da distribuição, em terceiro o nº de docentes distribuídos, em quarto o nº de docentes após a distribuição e em quinto, o acréscimo em %. Centro de Artes (94, 16, 110 e 17,02%); Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (54, 10, 64 e 18,52%); Centro de Desenvolvimento Tecnológico (67, 17, 84 e 25,37%); Centro de Engenharias (55, 27, 82 e 49,09%); Centro de Integração Mercosul (18, 14, 32 e 77,78%); Centro de Letras e Comunicação (53, 09, 62 e 16,98%); Escola Superior de Educação Física (27, 04, 31 e 14,81%); Faculdade de Administração e Turismo (28, 05, 33 e 17,86%); Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (88, 10, 98 e 11,36); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (37, 07, 44 e 18,92%); Faculdade de Direito (32, 04, 36 e 12,50%); Faculdade de Educação(50, 04, 54 e 8,00%); Faculdade de Enfermagem (31, 03, 34 e 9,68); Faculdade de Medicina (96, 16, 112 e 16,67%); Faculdade de Meteorologia (19, 03, 22 e 15,79%); Faculdade de Nutrição (29, 08, 37 e 27,59%); Faculdade de Odontologia (62, 14, 76 e 22,58%); Faculdade de Veterinária (49, 03, 52 e 6,12%); Instituto de Biologia (80, 07, 87 e 8,75%); Instituto de Ciências Humanas (70, 02, 72 e 2,86%); Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (30, 05, 35 e 16,67%); Instituto de Física e Matemática (57, 11, 68 e 19,30%) e Pró-Reitoria de Graduação (14, 20, 34 e 142,86%). Disse que deveriam se dedicar a avaliar em cada Unidade a real consequência da falta de docentes. A informação não tem cruzamento com o número de alunos. Disse que distribuiria o material para os conselheiros ainda naquela reunião. A conselheira Heloisa Azevedo disse que faltaram dados do CEAD. A conselheira Márcia Buchweitz ressaltou que a FN havia recebido sete e não oito vagas. A conselheira Lucia Peres solicitou que enviassem por e-mail o material, por ser uma discussão importante também para terem junto com o coletivo da Unidade. O conselheiro Edar Añaña disse que o percentual apresentado como percentual de acréscimo não correspondia a acréscimo e sim, reposição de vagas. A conselheira Gladis Ribeiro ratificou a fala do conselheiro Edar, dizendo que das sete vagas que o IB havia recebido na verdade seriam seis vagas, pois uma era decorrente de reposição de aposentadoria prévia (na verdade demissão de um colega que havia se demitido da Unidade) e só para salientar: haviam tido mobilidade docente que não havia sido avaliada na Unidade. A conselheira Luciane Kantorski fez a observação que particularmente a Faculdade de Enfermagem tinha cinco professores temporários que estavam saindo em fevereiro e haviam recebido três vagas. O conselheiro Paulo Borges observou que achava boa a iniciativa de fazer estudo detalhado das questões das vagas, pois atendem a vinte e quatro cursos e isso deve ser discutido com as outras Unidades atendidas por eles, o que demanda um número bem maior de vagas. O conselheiro Odir Dellagostin do CDTec contribuiu para qualificar mais os dados, por

serem brutos e precisavam ser mais trabalhados. A informação de percentual de aumento era pouco relevante, pois temos Unidades muito diferentes e devem ser tratadas de forma diferente e deveriam ter equidade no tratamento das Unidades. Algumas Unidades precisariam muito mais do que 20, 30 ou 40% de aumento e para outras 10% já seria demais. Deveriam trabalhar com a relação do número de alunos, carga horária, que se qualificasse mais a informação, para a partir daí definirem critérios de alocação e saber quem realmente tinha necessidade de vaga e quem já estava com sua demanda atendida. O conselheiro Lauer Nunes disse que concordava com a fala do conselheiro Odir e disse que deveria ser levantado o número de professores temporários, pois a distribuição de vagas de professores efetivos não havia correspondido à realidade das Unidades. Por exemplo, no Centro de Artes existem vinte e quatro professores temporários e haviam recebido dezesseis vagas para professores efetivos. O conselheiro Victor Gonçalves parabenizou a nova Administração que iniciava sua gestão e, em particular, por apresentar estes dados que até o momento eram muito obscuros para todos. Disse que concordava com os colegas que o haviam antecedido, que este era um passo muito inicial, que deveriam trabalhar muito mais e no caso específico do IFM, o número apresentado não refletia a realidade, pois haviam muitas aposentadorias e vagas de colegas que haviam saído da UFPel e também o número original era fruto de uma expropriação que havia acontecido no IFM e na realidade o número original já era fruto de transferência de colegas ou aventuras realizadas dentro de nossa Universidade, que duplicaram a área ou transferiram colegas para outras Unidades e deixaram o encargo didático para o IFM e os dados atuais não refletiam a realidade de sua Unidade. O senhor presidente explicou que o período de transição havia sido muito abrupto e não haviam encontrado pessoas em muitos locais para passar os dados. O conselheiro Osório solicitou aos conselheiros que fizessem as correções iniciais na cópia que receberiam. Passou a relatar os dados obtidos: Vagas de Técnicos Administrativos – Disse que havia estado em Brasília para tratar do tema das vagas. O REUNI previa uma relação técnico/estudantes. Seria quinze alunos para cada técnico até dois mil e quatorze. Desta relação havia sido excluído o pessoal da FAU. Naquele momento o número era de vinte e um alunos por técnico. Isso prejudicava o andamento acadêmico. A UFPel possui o maior número de alunos por técnico no Brasil. Foi identificado um grande número de remoções e afastamentos para qualificação profissional. Houve uma dificuldade muito grande para realizar as matrículas do SiSu. Tiveram que levantar uma força tarefa para este trabalho. Nas Unidades será recomposta a estrutura com o retorno dos funcionários. Solicitou ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoal para relatar as remoções de última hora. No mês de dezembro, das Pró-Reitorias e do Gabinete, treze funcionários foram relotados. Três servidores cedidos a título de cooperação técnica para o IFSul. Treze servidores para assuntos particulares e Pós-Graduação. Projeto Modernização – perdemos sete servidores. Total de trinta pessoas saíram da Administração Superior. O senhor presidente disse que o tema seria levado para a reunião com os Diretores. A conselheira Luciane Kantorski disse que era uma situação preocupante, pois na FE tiveram uma distribuição de troca e não acréscimo. O conselheiro Sérgio Christino falou da remoção da Administração Superior. O conselheiro Paulo Koschier disse que entre os servidores a discussão tem sido levada por bastante tempo à Administração Central. Talvez fosse interessante valorizar o papel da CIS que é um órgão previsto em lei e com alguma autonomia para ajudar a Administração na redistribuição de pessoal. Parabenizou os membros da CIS, que estão se reunindo para rever esta situação. O conselheiro Sidney do ICH disse que a Universidade estava com características de separação em diferentes campus. Na sua unidade não existe nenhum servidor trabalhando e as funções técnicas e administrativas estavam sendo desenvolvidas por docentes. Alguns setores ficavam fechados e os alunos não tinham acesso a informações. Houve a diminuição de nove servidores técnico-administrativos convidados pela Administração Superior. A conselheira Márcia Mesko, do Curso de Farmácia, foi solidária ao Professor Sidney, pois tem um servidor novo (um ano de casa). Sugeriu um treinamento para os novos servidores que não têm conhecimento das atividades administrativas. O conselheiro Lauer Nunes perguntou se o assunto também seria tratado na reunião com Diretores. O conselheiro Paulo Koschier falou da avaliação do MEC para o curso de História Bacharelado,

no qual dois servidores são licenciados em História e um é Psicólogo o que influenciou na avaliação do MEC. Esta é uma questão de qualificação da Universidade. O conselheiro João Paulo Adamoli falou da questão de deficiência do quadro técnico que é um assunto bastante conhecido da Universidade, e a maioria deles estava presente na última reunião do Conselho quando o Reitor havia apresentado o aumento de cursos e docentes e ninguém havia percebido ali o não aumento do número de técnico-administrativos. A alegação que o Reitor fizera era de que o MEC não teria permitido que técnicos fossem contratados. Por várias vezes haviam discutido, como membros do Sindicato ou da CIS, e questionado a administração anterior de que não conheciam nenhuma demanda da Universidade de reivindicação junto ao MEC. A ele parecia que esta situação era a consequência de uma política de gestão que foi, de certa forma, uma política que não valorizou a necessidade de contratação de técnicos, dando prioridade para a questão do pessoal terceirizado e das Fundações, inclusive um pessoal precarizado e que infelizmente a gestão atual terá de mudar este quadro. Isto é consequência de uma política da administração que não priorizou esta demanda da Universidade. O conselheiro Luis Osório disse que este era apenas um registro a respeito da situação peculiar da UFPel, nessa situação. Para as Universidade novas, o critério em regra geral é o mesmo do MEC, conforme havia sido anunciado para o Reitor. Com relação à distribuição, pretendiam que esta fosse uniforme entre técnicos e docentes. No caso da UFPel, pensando especificamente na questão de apoio e suporte para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas temos uma situação que se torna particularmente diferenciada em relação às Universidades novas, pois estas estão recebendo apenas servidores do nível de classificação D e E o que significa médio, técnico e superior e a média fica por aí, com relação ao número de alunos. Na UFPel temos ainda bastantes servidores, em torno de 200, de 1200 que aproximadamente temos, que são os servidores dos níveis de classificação A, B e C. Desses servidores de nível A, B e C, muitos deles se dedicam a atividades que não são de apoio acadêmico e administrativo, o que significa dizer que se a comparação for meramente numérica as atividades acadêmicas e administrativas da Universidade estão em absoluta desigualdade em relação às Universidades que atualmente só possuem pessoal do nível de classificação D e E. Acreditava que este era um forte argumento para que conseguissem levar ao MEC e pleitear mais servidores. Pode ser que não tenha eco, mas acreditava que era uma situação que nos colocava em uma posição de evidência de que efetivamente estamos com um déficit grave de técnicos para atender às atividades acadêmicas e administrativas. O conselheiro Victor Gonçalves disse que fazendo uma conta rápida, considerando que tinham três servidores da carreira, no IFM tinham uma relação acima de mil alunos por servidor. O senhor presidente disse que estariam retornando o assunto ao Conselho, mas antes discutiriam com os Diretores a respeito. A seguir passou ao próximo item dos informes: <u>PROFESSORES TEMPORÁRIOS</u>: Disse que não haviam detectado critérios para a distribuição para professores temporários e comunicou que os contratos estariam encerrando em vinte de fevereiro, então pedia atenção aos Diretores e sugeriu, já que não havia condições de fazer a reposição, que cada Unidade Acadêmica organizasse as disciplinas de tal forma, que a disciplina fosse concluída durante o contrato do Professor Temporário e com isso deverá ser feito um rearranjo do calendário das disciplinas e que seja cumprida a carga horária destas, mas que fosse feito o rearranjo interno, para que as disciplinas seguissem funcionando com a ajuda da Pró-Reitoria de Graduação. A conselheira Fabiane Tejada disse que os Professores Efetivos conversassem com os temporários e que utilizassem sua carga horária para os temporários. Disse ainda que estava à disposição para auxiliar nesta organização. O conselheiro Paulo Borges perguntou se havia alguma informação do MEC com relação à data de vinte e oito de fevereiro. Disse que segundo o ex-Reitor Cesar essa era uma data que o MEC havia estipulado, mas como isso acarretaria um grande prejuízo acadêmico, pensava que valeria a pena a UFPel fazer algum tipo de interferência junto ao MEC no sentido de ressaltar o prejuízo. Se fosse realmente esse prazo haveria forte prejuízo acadêmico, ainda mais com a demora que, com certeza, teria para ingresso dos novos concursados. O conselheiro Sergio Christino lembrou que a criação dessas vagas de Professores Temporários foi originada mediante uma Lei, onde estava prevista a prorrogação de contratos, com um limite que já havia sido estourado. Acreditava que

teria de ser uma iniciativa de todas as Universidades e uma iniciativa isolada de alguma Universidade talvez não conseguisse sucesso. O conselheiro Victor Gonçalves comentou que o IFM já estava buscando tentar minimizar o impacto e os Chefes de Departamentos estavam fazendo contato com as demais Unidades, a fim de maximizar o uso dos temporários nesse período. Solicitou aos Diretores de Unidades que tinham cursos junto ao IFM, que buscassem trabalhar com seus Coordenadores que a solicitação de oferta no próximo semestre fosse o mais realística possível, porque certamente o IFM não só estava perdendo esses professores temporários e estavam sendo repostos professores aquém, mas como não havia sido uma proporção um para um de temporário para efetivo, nós já teríamos impacto no próximo semestre e isso significava que seria muito difícil manter a taxa de reoferta, que estavam mantendo, e pedia antecipadamente o apoio dos Diretores e Coordenadores de Cursos, para que na solicitação de reoferta fossem o mais realistas possíveis de forma tal que pudessem atender os estudantes que realmente necessitassem das vagas. O senhor presidente, respondendo ao conselheiro Paulo Borges, disse que as gestões que haviam feito, tiveram as respostas oferecidas pelo conselheiro Sergio Christino de que somente outro projeto de Lei ou quiçá uma Medida Provisória poderia alterar essa situação. Estavam com a avaliação de que seria muito difícil isso acontecer em tempo hábil. Tinham uma expectativa de que esses contratos, da forma como estavam colocados, não seriam prorrogados. A distribuição de vagas feitas no ano anterior de acordo com o MEC visou justamente atender uma demanda reprimida, que foi o fato dessas vagas terem sido oferecidas pelo MEC tardiamente, por conta do impacto que ocasionariam no orçamento da União. A alternativa que o Governo encontrou para conter o orçamento, naquele momento, primeiro ano na verdade da administração da Presidenta Dilma, foi de criar a figura do Professor Temporário, parecida com a de Professor Substituto, mas com um prazo bastante específico. Exatamente durante o período em que as vagas de Professores Permanentes não estavam sendo oferecidas. A oferta das vagas permanentes visa atender essa demanda e excluir o Professor Temporário, para haver o equilíbrio na folha de pagamento. Esperavam que isso fosse modificado não temos muito essa expectativa e era importante que cada Unidade deveria tentar se antecipar ao fato para dar conta do tema, porque seria difícil reverter. A conselheira Luciane Kantorski disse que quando há sobrecarga de horários, faziam o que estava ao alcance para amenizar as dificuldades e apesar do Governo não reconhecer a greve, todas as Unidades tiveram greve e teriam que refazer este calendário. A manutenção dos professores temporários até março era uma conseqüência da greve. O conselheiro Bruno pediu à PRG que foi a única medida encontrada para resolver esta situação que cobrem dos professores temporários a forma de avaliação, pois cada um tem suas metodologias. <u>TRABALHADORES VINCULADOS AOS PROJETOS MODERNIZAÇÃO, ALM E PISTA</u>: O senhor presidente falou da preocupação junto à Procuradoria geral da União. O TCU tem resoluções bastante claras que entendem como irregular a manutenção de celetistas junto às Administrações das Universidades. Deu prazo para sanar esta situação. Foi liberado vagas para técnicos. A UFPel é a única universidade que possui celetistas na Administração. Desde 2008 este quadro não se alterou. Estes servidores seriam demitidos em 31 de dezembro de 2012 e conseguiram mediar a prorrogação de contratos até 28 de fevereiro de 2013. Fizeram a demanda junto ao TCU de Porto Alegre, para que repense este caso, pois teremos danos irreparáveis como Barragem, Restaurante, ALM, substituindo um grupo de trabalhadores pelo fornecimento de serviços em relação ao RU e Barragem do Chasqueiro. Solicitou ao TCU a substituição destas pessoas por prestadores de serviços, como a vigilância, limpeza e portarias. Nos demais projetos alguns podem ser substituídos por serviços, mas o Projeto Modernização não. Estava pleiteando junto ao Governo a liberação de vagas de auxiliares administrativos. Cinqüenta vagas de Assistentes Administrativos, mais dezesseis vagas de redistribuição. A intenção era que o MEC se sensibilizasse disponibilizando um número maior de vagas. Na próxima semana estaria retornando ao TCU em Porto Alegre, para pleitear esta solicitação de vagas. <u>REUNIÃO DE DIRETORES</u>: Explicou que estava sendo preparada reunião com os Diretores, para tratar de diversos assuntos. Pretendia que fosse um bom debate. A conselheira Fabiane Tejada disse que a reunião com os Coordenadores de Cursos estava sendo planejada,

para tratar das questões acadêmicas. FUNDAÇÕES: Recebeu um quadro bastante preocupante em relação as três Fundações e encontrando graves problemas. Estavam pensando em buscar uma forma de usar as fundações para o serviço dos acadêmicos. O credenciamento venceu em treze de janeiro. A Fundação Simon Bolivar não estava saneada financeiramente. Solicitou aos professores que não cadastrassem projetos novos junta àquela Fundação. Estava pleiteando junto ao MEC que os projetos ali cadastrados não sofressem conseqüências. A Fundação Delfim Mendes Silveira estava funcionando com liminar e não sabia até quando. Solicitou que não fossem cadastrados projetos novos lá também. Todos projetos novos seriam aportados à Fundação de Apoio Universitário. A conselheira Luciane Kantorski perguntou sobre a situação da FAU. O senhor presidente respondeu que ela estava adimplente e poderia receber recursos. O conselheiro Odir Dellagosotin disse que fazia parte do Conselho Deliberativo da FDMS. Tiveram reunião no dia anterior e apenas um projeto de pesquisa não teve aprovação, retornando a fundação à regularização, podendo receber novos recursos. O conselheiro Antonio Baptista disse que sua fala havia sido contemplada pela fala do conselheiro Odir, pois tinha feito parte da administração da Fundação e ela estava tendo suas dívidas sanadas. Estavam sanando os relatórios do projeto da FaMed, que estava sendo questionado pela FINEP e solicitado o retorno de R$ 1.000.000,00 (valor integral do projeto). Era bastante viável que chegassem a um termo coerente e poderiam parcelar o pagamento. O conselheiro Maurício Pelegrini solicitou que na próxima reunião fosse retirada uma comissão do Conselho que pudesse acompanhar de perto a situação das fundações. O conselheiro Osório disse que existem algumas situações importantes: existe legislação que regula a relação das universidades com as fundações de apoio. Estas têm de estar sob estrito controle da universidade. Todo recurso que é aportado nelas deve ser controlado pela universidade. Temos que ter uma rotina de controle. As fundações trabalham com recursos públicos. A FDMS tem uma situação bastante delicada. Do ponto de vista legal são coisas intoleráveis. Os órgãos financiadores não financiam a fundação e sim atividades acadêmicas da universidade. Se cair a liminar, teremos de devolver recursos e ela não poderá atuar. A conselheira Luciane Kantorski fez a observação de que as fundações precisavam pagar taxa de administração e o Governo proibe esta cobrança. O conselheiro Paulo Bretanha disse que concordava com o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento, mas o que ocorreu na Universidade foi por falta de reforma do Regimento. A preocupação maior para o primeiro semestre deveria ser a reforma do Regimento, pois estávamos defasados com o crescimento da Universidade em relação ao Regimento. A conselheira Lúcia perguntou se os cinco milhões eram referentes ao CEAD. O conselheiro Osório respondeu que este valor era histórico, ao longo do período de existência da fundação. A cobrança vinha de projeto coordenado pelo Professor Fachinni e o mesmo não conseguia pagar os bolsistas, por falta de verba. A título de esclarecimento, a conselheira Lucia disse que levantou no início de sua administração do CEAD, a necessidade de retorno de R$ 5.000.600,00 para os cofres do Governo. Nesse momento o conselheiro Willian perguntou sobre a composição de 70% de docentes no Conselho. A conselheira Ediane Acunha sugeriu que dado o caráter importante dos assuntos a serem votados, deveria ser conferida a existência do percentual na composição do Conselho. O conselheiro Paulo Borges disse que este Conselho já havia sido adaptado para ter essa porcentagem mínima de 70% de docentes e isso era utilizado em todas as universidades. Item 3: COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES: O senhor presidente disse que tínhamos que ver qual o procedimento que o Conselho iria adotar para poder votar este item, por não ter a composição correta. O conselheiro Odir Dellagostin disse que para a composição ficar correta havia alguns anos foi feita uma adequação no Conselho com a inclusão dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação e chegou a 70%. Então, atualmente precisariam de mais cinco professores para completar os 70%. O conselheiro Antonio Cruz disse que precisavam diminuir as cadeiras de representantes discentes e chegariam igual à porcentagem necessária. O senhor presidente disse que deliberariam sobre esse assunto, e acreditava que deveriam suspender a pauta para deliberarem sobre a composição do Conselho. Perguntou se os conselheiros estavam de acordo. Com a concordância de todos, passou para a discussão da nova composição do Conselho. O conselheiro João Paulo Adamoli disse que também acreditava que deveria ser

aumentado o número de professores e não diminuir o número de técnicos ou alunos. Acreditava que deveriam partir da composição de que seriam sete técnicos, sete discentes, e então para ele seria aumentar o número de professores. O conselheiro Luiz Osório disse que efetivamente teriam que partir para o ajuste da composição do Conselho da seguinte premissa: a representação dos técnicos e discentes era intocável. Lembrou que em 1995, quando saiu a Lei 9.192, se privilegiou a representação docente eleita e se trouxe para o Conselho a representação docente eleita, isto é, os suplentes dos docentes que já haviam sido eleitos. Tiveram que trazer mais cinco docentes para completar os 70%. Acreditava que isso era o ideal. O conselheiro Antonio Cruz disse que no Capítulo II do Regimento, no seu artigo 17 estava relacionado: Integram o Conselho Universitário: I – o Reitor, seu presidente; II – o Vice-Reitor; III – os Pró-Reitores; IV – os Diretores das Unidades Universitárias; V – dois representes dos Órgãos de Segundo Grau; VI – dois representantes de cada Classe da Carreira do Magistério; VII – dois representantes dos Auxiliares de Ensino; VIII – dois Coordenadores do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; IX – três representantes designados pelo Conselho Diretor da Fundação, dentre nomes que lhe sejam indicados pela Comunidade; X-representação Discente, na forma da Lei; XI – sete representantes dos servidores Técnico-Administrativos. O conselheiro Álvaro Barreto disse ver que não podia ser decidido nenhum assunto naquela reunião, pois a composição não estava na forma da lei. O conselheiro Paulo Bretanha disse que deveriam ampliar a representação dos segmentos principalmente para as Unidades Acadêmicas. O conselheiro Antonio Baptista disse que qualquer composição deveria atender o Regimento. O conselheiro Carlos Mauch disse que em setembro de 2012 havia acontecido a mesma composição e todos os assuntos tratados nas reuniões estavam em vigor, com suas aprovações com validade. O conselheiro Antonio Cruz disse que todas as reuniões do Reitor Cesar Borges não foram obedecidas a proporção. Disse que deveriam fazer reunião do Conselho para tratar do Regimento. Nesse momento tinham uma legislação e um Regimento. Sugeriu diminuir uma cadeira de representação discente. O conselheiro Mauríco Pelegrini disse que esta colocação era inaceitável e chegava a ser uma vergonha, pois a Universidade existe por causa dos estudantes e foi esta categoria quem elegeu o Reitor. O conselheiro Odir Dellagostin disse que a representação discente estava na forma da Lei e deveriam aumentar o número das representações como Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. O conselheiro Osório disse que entendia que deveriam tratar o assunto com bastante parcimônia e as representações eleitas seriam mantidas. Leu a LDB, no que trata de representação discente. Lembrou que o Conselho sempre tem obedecido as determinações da Lei e esta diz que são 70% docentes. Sugeriu fazer adequação provisória e quando tivessem a atualização do Regimento, fariam a adequação e os ajustes. Naquela reunião do Conselho a pauta era mais informativa. A reunião poderia continuar, pois não era deliberativa, com exceção das Comissões Permanentes. O conselheiro João Adamoli disse que qualquer alteração deveria estar subordinada à legislação. Encaminhava a proposta de que como o Colégio Eleitoral foi adequado para a eleição do Reitor, a Reitoria definiria os nomes que participariam de cada reunião específica, e depois adequariam o Regimento. A conselheira Luciane Kantorski disse que estava se sentindo desconfortável com a discussão. Sentia que a Administração pretendia fazer diferente, então deveria se adequar à legislação. Não se sentia favorável à modificação da representação discente e dos técnicos. Sua posição era de apoiar o encaminhamento do conselheiro João Adamoli. A gestão que assumia tinha a liberdade de escolher para os cargos aqueles que acreditava que iriam levar a cabo as propostas. A Universidade precisava caminhar e respeitando os segmentos. O conselheiro Bretanha disse que a composição no Regimento estava ultrapassada e existia uma legislação maior. Não podiam diminuir o número de representações das categorias. Deveriam aumentar a representação docente. O conselheiro Maurício disse que deveriam aumentar o número de professores. O conselheiro Antonio Cruz disse que a lei maior falava de 70% de docentes e não dizia como compor os 30%. Deveriam adequar temporariamente a composição do Conselho, mudando os Pró-Reitores que eram técnico-administrativos. O conselheiro Victor Gonçalves disse que pensando na evolução da discussão, nessa proposição que estavam tentando fazer um novo cálculo da proporção, que

*1.

categoria, eram a categoria mais frágil ainda que a maior categoria e era a razão da existência da Universidade. Por isso, achava inaceitável ainda mais partindo de um Pró-Reitor que se cogite a remoção de um número relativo da representação estudantil. Cabia lembrar que cada representante discente ali no Conselho representava mais de sete mil alunos. O conselheiro Maurício Pelegrini disse que ficava feliz com a fala do Vice-Reitor e fazia o encaminhamento de que se nas reuniões passadas foram tomadas decisões à margem da Lei, então que fossem retomadas as discussões e decididas novamente. O conselheiro Fernando Schild disse que acreditava que o Vice-Reitor tinha razão, que não tomassem nenhuma decisão deliberativa naquela reunião e que fosse refeita a composição com a relação dos Pró-Reitores, incluindo docentes para substituí-los e então poder convocar reunião para deliberar sobre a modificação real do Regimento. O senhor presidente disse que entendia que o melhor seria realmente interromper a presente reunião para chamarem outra e fazerem essa recomposição. O conselheiro Odir Dellagostin solicitou que o próximo item – Reestruturação - fosse pautado na próxima reunião, para que pudessem discutir com mais profundidade. O conselheiro Maurício também pediu se poderia ser enviado a relação do orçamento, para que pudessem discutir. O conselheiro Osório perguntou qual seria a composição, pois o que estava posto como possibilidade, que deveriam ter um consenso e bom senso, poderiam deliberar para adequação e parecia que todos deliberavam por aumentar a representação docente, mantendo a discente e de técnico-administrativos. O Conselho não estaria deliberando, somente adequando e tinham duas propostas e se resolvessem naquela reunião, na próxima já teriam a composição correta. Poderiam ter essa decisão, fazendo um recesso. A conselheira Ediane Acunha disse que a fala do conselheiro Osório fazia propostas que poderiam ser trazidas na próxima reunião. O conselheiro Lauer Nunes disse que gostaria de conduzir o assunto com cuidado ao Centro de Artes, que foi criado em outubro de 2010. Extinguiu o Instituto de Artes e Design e não o Conservatório de Música, que seria um órgão suplementar. Tiveram em outubro de 2012 a aprovação do funcionamento dos Centros. A partir daí, puderam ser construídos os Regimentos internos dos Centros. O CM vinha funcionando como tal, foi visitado pala Diretora Adjunta Isabel que teve seu CD extinto e decisões não poderiam ser tomadas no âmbito do Conservatório. Os professores estavam se sentindo acuados, pois naquele momento o CM estava acéfalo. Solicitou que o Conselho possibilitasse que com a nova Direção do CA, fosse definida uma remuneração para o Coordenador do CM. O senhor presidente respondeu que o CM era um órgão suplementar do CA, que estava sob a administração no Diretor do CA. A conselheira Rosane Brandão disse que tinha perguntado à Professora Isabel se estava claro para ela que perderia a CD sendo Diretora Adjunta, ao que ela havia respondido afirmativamente. Sem mais o que tratar o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às doze horas e cinco minutos do que para constar, eu _____ Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.